



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Nessa matéria, acho que também cabe ao Presidente da República, sobretudo em uma audiência como esta, ser bastante explícito quanto ao que pensa sobre a questão. A discussão reiterada, às vezes até cansativa, sobre Estado mínimo, Estado máximo não creio que seja a mais adequada. Acho que o mundo moderno, este mundo onde existe essa globalização e tudo a que já me referi agora requer – se os países quiserem se manter com identidade, com capacidade de ação – Estados eficazes, requer o fortalecimento, não o inchaço, mas o fortalecimento da capacidade de definição de regras e de implementação de políticas por parte do Estado.

Nós devemos ser bastante sinceros ao dizer que não dispomos ainda dessas condições. Temos ainda um Estado pesado burocraticamente, em que as decisões tomadas ao nível da cúpula costumam muito a se fazer sentir ao nível da sociedade, porque as cadeias de transmissão são complexas, porque não existe a motivação, muitas vezes, para a execução das políticas, muitas vezes não existe a competência, e porque nós não dispomos ainda da capacidade de pagar adequadamente àqueles que melhor se desempenham, em grande parte em função de um sistema que criamos, pelo qual o salário tem pouco a ver com o mérito e a complexidade do trabalho, tem mais a ver com outros atributos, que são compreensíveis, mas que entorpecem uma ação mais rápida, mais dinamizadora do Estado.

Nós precisamos de um Estado mais ágil, de um Estado mais sofisticado, de um Estado mais competente, com uma dose técnica maior nos seus quadros, com maior capacidade de decisão. Para isso, precisamos não apenas das reformas administrativa e previdenciária, a que fiz referência, e, eventualmente, da reforma fiscal, mas precisamos, progressivamente – feitas as reformas já referidas, sobretudo a administrativa, que nos dará maior flexibilidade – tomar quase que cada grande corpo do Estado, um por um, e repensá-lo com coragem, sem nenhuma preocupação de estarmos aqui a pensar que funcionário é que é inimigo do País, porque não é verdadeiro; repensá-lo no sentido de perguntar: esse ramo do Estado tem a competência

necessária, a agilidade necessária? Ele pode, efetivamente, atuar de modo que as políticas sejam implementadas?

Esse é um processo que toma tempo, é um processo lento. E, ao dizer que é lento e que toma tempo, não estou me eximindo da responsabilidade, de todos nós, de exigirmos que isso vá mais depressa. Mas não podemos, também, cair no engodo de imaginar que, com meia dúzia de decretos, se resolva a questão do Estado brasileiro, porque é uma questão essencial da formação do próprio País e não pode ser tratada de maneira ligeira: tem que ser de maneira devotada e competente.

Pois bem, nesse conjunto de preocupações que tenho, e suponho que uma boa parte dos senhores compartilha dela, está a remodelação do Estado, em que estamos, progressivamente, diminuindo o peso do clientelismo. É notável, por exemplo, o esforço que se faz no Ministério da Educação para evitar que haja interferência de *cliques* partidárias e, às vezes, de *lobbies* na definição do que é prioritário e na implementação até mesmo de recursos.

O fato é que o Governo Federal enxugou bastante esses mecanismos que realmente alimentavam a vida política brasileira de favores e de clientelismos. Estamos marchando para um Estado que cobra mais eficiência. Veja a luta do Provão, a dificuldade de fazer-se uma coisa óbvia, que não fará mal a nenhum aluno, mas que permite julgar as instituições, não no sentido de condená-las, mas no de ver quais as que melhor se desempenham e ajudar as demais.

Estamos fazendo um esforço contínuo, diário, com muita dificuldade, em outras áreas. Na saúde, por exemplo: num país como o nosso, com esse sistema de gratuidade e cobertura universal e completa da saúde, como fazer isso? Como evitar o desperdício? De que maneira evitar que existam, aí também, grupos que se beneficiem, como se beneficiam efetivamente, por causa da torpeza do nosso sistema burocrático? Tudo isso é complexo, leva tempo. Nós estamos lutando, estamos insistindo para mudar e, nesse quadro, precisamos agilizar o nosso aparelho estatal e precisamos de recursos que nos permitam manter o controle da moeda – sem inflação, portanto – e recuperar o equilíbrio orçamentário.

Ao falar disso, olho para os Ministros, e já temos pena uns dos outros, porque é o nosso “pão nosso de cada dia”. Uns querem mais. Todos querem mais, não uns. Todos querem mais e sempre há pouco. Mas, progressivamente, temos que melhorar essa situação fiscal do Estado.

É nesse contexto que acredito devamos também colocar – e isso tem a ver com a nossa concepção do Estado – a questão das privatizações. Talvez nada mais significativo, em matéria de privatização, do que apresentar a questão da Companhia Vale do Rio Doce, tão momentosa no Brasil. Por que privatizar uma companhia superavitária? Qual a razão? Há razão? Confesso aos senhores que essa mesma pergunta eu fiz ao Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, logo que assumi o Governo: por que privatizar, do ângulo dele? A resposta dada era parcialmente satisfatória, do meu ponto de vista: a de que uma empresa estatal tem menos capacidade de ação gerencial porque é mais burocrática do que uma empresa privada. Isso é verdade, até certo ponto. Muitos dos senhores dirigem organizações públicas e sabem que, por exemplo, a lei de licitações transforma a vida do gestor num pandemônio e que se perde muito recurso, se perde mobilidade. Mas eu não creio que essa seja uma razão suficiente para a privatização. Não creio, sequer, que a razão de disposição de maiores recursos para o Tesouro seja suficiente, embora seja essencial. É verdade que nós temos uma dívida elevada, mas sempre haverá o argumento: “Bem, essa dívida é tão elevada, a dívida interna sobretudo, que os juros vão comer todas as companhias do Estado.” Só que essa é uma resposta ingênua, porque seria supor que o Governo simplesmente pegue o recurso e pague a dívida. Isso nunca será feito assim. Haverá sempre um fundo e se trocam títulos, o dinheiro não desaparece.

Mas a razão fundamental eu creio que é diferente: é que nós estamos com a nossa capacidade de investimento esgotada. Os que somos gestores públicos sabemos que não temos de onde tirar recursos para as atividades correntes do Estado. E o desafio que estamos encarando, agora, no Brasil é de outra natureza, porque a taxa de crescimento começa – eu sublinho – começa a aumentar. Ainda é muito baixa para as nossas potencialidades, mas começa a aumentar. Desde

93 temos um crescimento positivo da economia entre 3% e 4%. Quando ela começa a aumentar, significa que as demandas crescem, e as demandas de investimento crescem mais do que proporcionalmente. Vamos precisar, só para mencionar o setor energético, de não menos de 6 a 7 bilhões de reais por ano. Digamos que com 5 bilhões se consiga, num horizonte de dez anos, aumentar o potencial de energia, não digo em geral, só hidroelétrica, de modo a atender a uma taxa de crescimento de 6% ou 7%.

Mas, aí, existem os outros setores. Telefonia é outro tanto, 6 ou 7 bilhões por ano, para que haja expansão do sistema. Não temos mais o recurso aos impostos, porque a carga tributária no País se aproxima dos 30% do PIB, a carga tributária estadual, municipal e federal. O Congresso reage como se tivesse urticária, começa logo a reagir contra o Governo a qualquer pedido de aumento de imposto. Então, não temos margem de obtenção de recursos adicionais.

A Companhia Vale do Rio Doce está rendendo, em média, para o Governo, entre 1% e 2% ao ano do seu patrimônio, menos do que a caderneta de poupança, a terça parte do que rende a caderneta. É mau negócio, do ponto de vista de quem gere o recurso público. Então, há razões, nessa matéria, que são dessa natureza.

É claro que o Governo terá que pensar sempre em outras razões, como pensou, por exemplo, no caso da Embraer. Eu recordava ao Ministro Lobo que os mesmos argumentos que se usam hoje a respeito da Vale do Rio Doce foram usados com a Embraer. Eu era ministro da Fazenda, então. Quantas vezes discutimos a possibilidade ou não da privatização, sendo que a Embraer tem um aspecto estratégico mais evidente, tanto tecnológico quanto de defesa, do que a questão mineral.

Bom, nós a fizemos com uma *golden share*, e foi possível continuar a Embraer com mais dinamismo. Evidentemente, no caso da Companhia Vale do Rio Doce, não se poderá fazer nada sem uma *golden share*, ou seja, sem que o Governo tenha poder de veto de certas decisões e sem que se analise a questão dos recursos minerais não explorados, não conhecidos. Ninguém seria tão ingênuo de vender o

que não sabe. Haverá que definir o modo pelo qual, ante eventuais descobertas adicionais ou a eventual utilização ou potencialização de utilização de minas descobertas, se resguarda o interesse da União, mesmo no futuro.

Claro que qualquer matéria dessa natureza nunca, a meu ver, deve ser resolvida por uma decisão que alguns chamam de privatização selvagem: “Faça-se o que é importante.” Não. Importante, mesmo, é o País. Importante, mesmo, é o interesse nacional. Importante, mesmo, é o povo do País. Então, qualquer decisão tem que ser sempre medida, ponderada, analisada e clara.

De qualquer forma, eu não queria deixar de mencionar esses pontos, porque eles têm a ver também com a concepção do interesse nacional e de um papel muito ativo do Estado na definição desse interesse nacional. O Governo não pode se omitir de assumir responsabilidades e definições em matérias dessa natureza. E, no momento que vivemos, no Brasil, não só abrindo a economia – já foi aberta, em grande medida – como também tratando de, em certos casos, fazer privatizações, é preciso que haja uma política muito clara também, para se saber por que se faz, o que se faz, como se defende o interesse do País e qual é a capacidade de ação do Estado.

E volto ao que coloquei de início: nós precisamos de um Estado mais forte nesse sentido de mais dinâmico e mais competente, e não menos forte, no sentido de um Estado menor e sem capacidade de se defrontar com os interesses existentes na grande cena internacional e na cena local. O que vai dar mais força a todos nós, ao Estado e a todos nós, é a nossa sociedade se tornar cada vez mais consciente dos seus problemas, da sua capacidade de ação e de que a nossa economia é crescentemente mais forte. Nesse sentido eu creio que o Brasil tem um horizonte muito positivo.

Eu me referi, há pouco, ao fato de que temos mantido a estabilidade da moeda. Não é só a estabilidade da moeda. Nós estamos aumentando a taxa de investimento interno, e isso é crucial. O futuro não depende de uma moeda estável, só. A moeda estável é importante, na medida em que ela induz à poupança e ao investimento. Nós

chegamos a níveis extremamente preocupantes de poupança interna, muito baixos. E, com esses níveis muito baixos, obviamente, nós não teríamos condições de atender às demandas da sociedade, e o empobrecimento ocorreria, como, aliás, ocorreu no passado. Pois bem, a taxa de investimento está crescendo.

Também, não nos iludamos: existe crescente investimento direto externo. Só para dar um dado um pouco de oitiva: há três anos, tivemos cerca de um bilhão, um bilhão e pouco de investimento direto, ou seja, para produção externa. No ano seguinte, 3 bilhões e meio. Neste ano, estamos em 7 e vamos a mais do que 7 bilhões de investimento direto externo. Mas o investimento externo há de ser, sempre, um complemento ao investimento interno.

A questão fundamental é a de aumentarmos a taxa de poupança interna e de investimento interno. É por isso que quero também a reforma do Estado. É por isso que é importante a reforma da previdência. No mundo atual, os grandes fundos de investimento são os fundos de pensão, e, se o País não organiza os seus fundos de pensão e não tem no controle desses fundos de pensão um setor profissional, técnico, competente e não corrupto, é impossível fazer face ao crescimento da poupança. Mas nós estamos aumentando a poupança. Espero que, no decorrer do próximo ano, nós cheguemos a uns 20% do PIB. Nosso PIB já vai por volta de 700 bilhões de reais ou de dólares. Vinte por cento são 140 bilhões de dólares. Já é dinheiro de gente grande que tem efeito. É um investimento grande que tem efeito.

Os senhores estão vendo que o setor onde isso aparece com mais clareza é o automotivo. Praticamente todas as grandes montadoras vieram para o Brasil, Nós tomamos medidas que não foram fáceis, vão ainda nos custar dores de cabeça na Organização Mundial do Comércio, os países mais desenvolvidos vão reagir, porque nós, hoje, já estamos sendo um pólo produtor de automóveis, não só no sentido de que produzimos mais carros, mas porque estamos começando a ter capacidade de lançar produtos novos mundiais. Este é o desafio: não é produzir mais, todos já produzem, mas é lançar produtos novos.

Quando assumi o Governo, a produção se fazia em São Paulo e em Minas. Agora, já Rio de Janeiro e Paraná estão com capacidade de começar a fazer as fábricas. Os senhores leram, talvez, nos jornais de hoje, que Santa Catarina e o Rio Grande do Sul vão entrar também nessa corrida. Espero que, em breve, possamos anunciar uma montadora no Nordeste do Brasil. Ou seja, estamos ampliando a capacidade produtiva, de tal maneira que possamos ter igualdade nessa distribuição de investimentos.

Nesse ângulo, creio que o horizonte é positivo. O horizonte é positivo também quanto às nossas reservas monetárias, que continuam bastante elevadas. E o que é mais significativo: o volume de capital volátil, ou seja, o capital especulativo nas reservas, diminuiu drasticamente. Elas, crescentemente, por causa dos investimentos diretos, se compõem de capital de mais longo prazo. Isso aumenta a nossa capacidade de resistência a eventuais flutuações.

Acredito, também – não quero ser muito extensivo nessa matéria econômica –, que, em certos setores, como o setor agrícola, que foi extremamente sacrificado, começamos a ter um horizonte mais positivo. Não foi fácil redefinir taxas de juros, criar fundos específicos para a agricultura. Mas acredito que a safra não foi das melhores no ano passado. No ano que vem, creio que será uma safra já bastante mais consistente.

Criamos mecanismos para aquilo que considero muito importante, que é o atendimento do pequeno produtor. Criamos um programa chamado Pronaf, que já está pondo à disposição dos pequenos agricultores recursos de até 30 mil reais. Algumas instituições brasileiras, notadamente o Banco do Nordeste, começam a ter uma ação que chega ao micro. E isso é muito importante e muito difícil. Eu me referi, há pouco, ao entorpecimento burocrático. É muito difícil fazer com que uma decisão de atender ao mais pobre, ao pequeno, realmente seja efetiva, porque o Estado brasileiro se fez para atender aos grandes interesses. Tinha que ser, para criar dinamismo na economia. Mas, agora, estamos começando uma outra fase em que te-

mos que irrigar a prosperidade. Precisamos, portanto, atingir as camadas menos poderosas.

E, no campo, se quisermos evitar, no futuro, problemas ainda mais sérios na questão dos que não têm terra, é preciso dar dinheiro para os que têm terra mas são pequenos, porque são esses os futuros fornecedores de sem-terra. Infelizmente, tivemos uma situação difícil e só agora começamos a vislumbrar um horizonte mais aberto para o atendimento dos pequenos.

Fizemos um esforço grande também, recentemente, na questão da micro e pequena empresa, reduzindo e unificando o imposto, simplificando o mecanismo, com a mesma preocupação de que a prosperidade não se concentre, porque a tendência da prosperidade capitalista é de se concentrar. Se não houver uma ação do Estado – de novo a importância do Estado – capaz de disseminar os recursos, se se pensar que o mercado resolve, aumentam as desigualdades. Tem que haver, permanentemente, uma ação do Estado, do Governo, democrática, no sentido de ampliar a capacidade de distribuição de recursos. Bem ou mal, estamos começando a equacionar essas questões.

Não quero cansá-los, mas, com tudo isso, se começa a ter a possibilidade de evitar aquilo que mais temíamos: que o esforço para a manutenção da estabilidade da moeda significasse, mais uma vez, a recessão e o empobrecimento. Não está significando no Brasil. Nem temos recessão, nem temos empobrecimento. Pelo contrário, existem sinais muito claros, de todas as pesquisas disponíveis, na direção de maior bem-estar das camadas de menor capacidade aquisitiva, através da alimentação, que melhorou, e da taxa de mortalidade infantil, que está caindo consistentemente. Isso não é ação direta de governo, é ação indireta, através da melhoria de vida, por causa de um pouquinho mais de recurso que vai até a base da sociedade.

Acredito, portanto, que os nossos objetivos de política externa e de política de defesa começam a ter um embasamento maior na prosperidade da economia e naquilo que é mais importante, mas – não nos iludamos – leva muito tempo para se concretizar, que é uma distribuição melhor do que é gerado pelo País, de modo que tenha-

mos uma menor concentração de renda. Não se trata só da concentração de renda. Trata-se também de elevar o piso, porque, muitas vezes, a renda é concentrada, mas o conjunto aumenta. Aqui, nós tínhamos um duplo processo: concentrava-se a renda e caía o piso. Agora, diminuíu um pouquinho, muito pouco, a concentração, mas aumentou a base da sociedade. Isso eu creio que é o que assegura a democracia e a sustentação dos valores do País, bem como a sustentação de uma política militar mais ativa.

Acho, portanto, que, do ponto de vista da economia, não temos no horizonte – isso não quer dizer que nos despreocupemos, por exemplo, com a balança comercial, embora não haja o que eu vejo frequentemente nos jornais: que nós nos habituamos tanto a viver à beira do abismo que, quando não há abismo, inventamos um – não temos no horizonte, repito, um problema imediato. Mas o Governo está sempre atento, porque a política econômica não é ciência de novos marinheiros. É preciso saber navegar nesse mar encapelado, que é o da vida econômica, da vida social, e temos que mudar o curso, quando é necessário. Não há nenhuma necessidade de mudar o curso, neste momento, no que diz respeito a câmbio. Não há nenhuma necessidade de mudanças bruscas. Sou muito contrário a ziguezagues. Acho que o Brasil definiu um rumo. É melhor persistir no rumo, com explicações constantes, com clareza, do que estar, aí, inventando pirotecnias para iludir a população, no sentido de que vamos reinventar a pólvora. Acho que o rumo está definido. Trata-se de trabalhar e de persistir.

Eu queria, caminhando para o encerramento desta palestra – costume falar demasiado e não quero cansá-los num sábado à tarde, quando muitos gostariam certamente mais de fazer uma boa sesta, inclusive o Presidente (*risos*) –, voltar um pouquinho ao tema da nossa política de defesa, com esse horizonte que delineeí, obviamente, com otimismo, porque acho que o Brasil é um país que tem futuro. Acredito que devemos colocar as nossas Forças Armadas não só na perspectiva que mencionei, de capacidade de pronta resposta, de uma ação de defesa nos termos concebidos por todos nós, mas também numa em que elas são um vetor importante na nossa diplomacia.

Aqui – o Chefe do Estado-Maior sabe mais diretamente – a MOMEF teve papel importante na normalização das relações entre o Peru e o Equador. Amanhã, o General Zenildo, o General Leonel e o General Cardoso me darão a honra da companhia em Angola, aonde vamos ver as nossas tropas. Recentemente, num primeiro momento, fomos afirmativos quanto a uma ação no Zaire. Agora, estamos cogitando, como os outros países, de verificar, dado que o aeroporto está funcionando e o corredor de Ruanda está aberto, se é o caso ou não. Mas isto é um vetor que não é da política militar: é da diplomacia brasileira. No Equador e no Peru, o que os militares fazem é uma ação diplomática. O que fazem na Angola – e, aí, entram todas as Forças, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, nos seus vários momentos – é uma ação diplomática, porque é de preservação da paz a presença do Brasil, numa concepção de paz no mundo.

A ação que nós temos com a Argentina, como a que já mencionei aqui, é uma ação diplomática. A presença da nossa Marinha, da nossa Aeronáutica, dos nossos militares em manobras conjuntas com outras forças, ou mesmo sem manobras, a presença física é uma ação diplomática, e uma ação diplomática importante, onde há intercâmbio com forças estrangeiras, as visitas que se fazem, tudo isso.

Então, acredito que temos que colocar também no grande xadrez da política internacional, da política externa do Brasil, a presença militar como uma presença que dá suporte à ação política do Brasil, do Governo brasileiro. E essa ação política do Governo brasileiro, por sua vez, deve ser consentânea com os objetivos do povo brasileiro, que são de paz, de cooperação internacional, de reforçamento dos nossos liames de todo tipo, notadamente os culturais e os econômicos. Aí, também, existe uma ação das Forças Armadas que tem um significado todo especial e em que temos insistido na nossa definição da política de defesa do Brasil.

Claro que, em decorrência dessa política de defesa, nós vamos ter que elaborar políticas específicas. Constitucionalmente, o Emfa está encarregado da coordenação dessas definições – isso já é mais profissional e não me cabe comentar – para ver qual o caminho das estra-

tégias singulares de preparação das Forças e de sua ação convergente, e como vamos otimizar os nossos recursos.

Já que falei de recursos, também não cabe ao Presidente ser evasivo em matéria tão importante. Os senhores sabem o esforço grande que têm feito para, dentro de recursos tão escassos, manterem as atividades que lhes são pertinentes. Eu me acanho, até, de mencionar mais uma vez – pois me recordo de tê-lo feito na outra ocasião em que estive aqui – o tema da dificuldade de recursos e quero agradecer a compreensão dos Ministros e das Forças Armadas, porque perceberam que o momento era de contenção, e estamos todos, como eu também, na espreita otimista de um momento de maior folga.

Dentro desse contexto limitado, o Governo tem procurado, como pode, atender às necessidades mais imediatas. Tenho visitado muitas unidades militares, da Aeronáutica, da Marinha, do Exército, e visto o esforço grande e, digo com satisfação, o nível de dignidade – para usar uma expressão mais direta – com que as funções são exercidas, na escassez, muitas vezes, mas com dignidade. O mínimo existente é utilizado de forma a otimizar os recursos. Andei nos navios da armada, voei nos aviões, tenho acompanhado os militares do exército em algumas atividades, e dá para perceber que, vivendo com esse horizonte de melhoria no futuro e dificuldade no presente, não nos descuidamos de ter um nível de profissionalização.

Recebi, recentemente, uma informação do Ministro da Marinha que nos encheu a todos de orgulho: de que o Brasil dispunha, naquele dia – foi anteontem – de 46 navios no mar, o que mostra uma capacidade operacional respeitável. Como o Ministro Lobo, estamos empenhados na modernização dos nossos F-5 e atentos todos a essa necessidade de que a nossa Aeronáutica – e sei das dificuldades que tem, do ponto de vista operacional – esteja adequadamente atendida. Sei que não está. Nós estamos trabalhando nessa direção. O esforço feito com o Sivam foi também nessa direção de entendermos a importância tecnológica, como eu entendo a importância tecnológica do submarino nuclear.

O General Zenildo tem conversado muito comigo a respeito da questão da existência de grupos de alta capacitação, de unidades de excelência, para que possamos, sendo necessário, dispor dos recursos.

Não quero me furtar, também, a lhes dizer que tenho me empenhado – e o General Cardoso sabe disso – junto às autoridades políticas do Congresso, para que se faça desvinculação entre civis e militares, instrumento necessário para que possamos corrigir as dificuldades que existem – e que eu não nego – nas nossas Forças Armadas, no que diz respeito a salário.

Também tenho me empenhado na questão da previdência, porque basta olhar os dados – e, aqui, muitos os conhecem – para perceber que temos mecanismos de reposição e de transferência de recursos, em termos de previdência, que não vão ser sustentáveis no médio prazo. Nós vamos ter que criar mecanismos também, porque não podemos nos esquecer da responsabilidade que cada um tem com a sua família e com a sua velhice. Temos que repensar esses mecanismos todos.

Quando me refiro à modernização do Estado e a reequipar o Estado, eu incluo essa preocupação. Não a incluo como se fosse uma decisão de autoridade, porque nessa matéria tem que haver uma decisão de consciência, que requer informação e requer, portanto, a capacidade de absorção das situações específicas. Mas, ou nós marchamos para um Estado capaz de atender especificamente o que é necessário, ou, se continuarmos num Estado em que se pensa plano, que tudo é igual para todos, todos vão estar bastante mal servidos. Nosso esforço tem sido de obter do Congresso os instrumentos que nos permitam acelerar as modificações, inclusive desses aspectos mais difíceis, que são os salariais, do equipamento, da aposentadoria, que permitam desenhar, no futuro, um Estado mais justo. Quero agradecer a cooperação dos senhores nessa matéria.

Encerro, dizendo que, com todas as dificuldades que são conhecidas do Brasil, com todas as deficiências que, como ser humano, nós todos temos – e o Presidente não escapa de ter as suas próprias –, com tudo isso, eu creio que temos conseguido manter o Brasil cada vez mais

esperançoso e, mais do que esperançoso, convicto de que tem futuro e de que esse futuro não é mais lá no horizonte. Já começou.

Recebo muitas informações internacionais, leio muitos livros, revistas, recebo muita gente. Outro dia, creio que foi no magazine do *New York Times*, havia uma referência aos grandes pólos de poder do mundo e, lá, o que se discutia era o poder dos Estados Unidos. O autor dizia que os Estados Unidos, no próximo século, vão continuar a ser um país de grande força – e é verdadeiro isso –, um país central na definição da ordem universal. E dizia: quais seriam os competidores? E fala de três ou quatro, entre os quais o Brasil. Aí, disse: “Bom, mas esse é, e será sempre, um país do futuro”.

Enganam-se. Nós deixamos de ser o país do futuro. O futuro já começou. Nós, hoje, já temos um país em condições de ser mais afirmativo, um país que tem mais autoconfiança. E essa autoconfiança não é gabolice, não é autoconfiança baseada na retórica. É autoconfiança baseada num país que foi capaz de manter-se íntegro como território, manter-se unido como sociedade, de – apesar das diferenças de raça, das diferenças de credo, que são poucas, mas, enfim, de diversidades regionais, de classes e tudo o mais – manter uma homogeneidade nacional, uma identidade como poucos países têm.

Hoje, de São Paulo para cá, vinha com o professor Bolívar Lamounier, que é um cientista político. Falamos sobre outros países, que não mencionarei, e das dificuldades que tinham que enfrentar por não serem capazes de terem essa homogeneidade, essa identidade. E dizíamos que, talvez, dentre os grandes, só os Estados Unidos e o Brasil temos a força de, apesar das diferenças, sermos sempre o mesmo. Vai-se do Amazonas ao Rio Grande, do Rio de Janeiro a Rondônia, e os valores são os mesmos, a língua é a mesma, o modo de andar é o mesmo, o modo de brincar é o mesmo. Essa capacidade de simpatia, se posso dizer assim, de empatia imediata de uns para com os outros é muito generalizada. Há uma predisposição favorável à convivência. Isso é que é a nossa identidade nacional.

Ora, num país que mantém essa identidade nacional, que vem de longe, como esta Escola, que é de 1782 – aqui está o Comandante,

que acabou de contar ou recontar, não é? – e foi feita pelos portugueses, mas é nossa, eles tiveram que fazer outra, nós temos instituições que perduram séculos e que, ao perdurar séculos, mantêm a sua identidade e se renovam.

Ser Presidente de um país como este só pode gerar, no Presidente, otimismo e vontade de melhorar as coisas.

Conto com os senhores para que continuemos assim.

Muito obrigado.